

Comissão pré-Constituinte: decreto pronto

BRASILIA — O decreto que vai criar a comissão destinada a fazer um anteprojeto de Constituição para ser submetido à Assembleia Nacional Constituinte já está quase pronto, faltando apenas a aprovação final do Presidente Tancredo Neves, segundo informou ontem o Ministro da Justiça, Fernando Lyra.

A comissão será presidida pelo Jurista Afonso Arinos e terá como secretário-executivo o jornalista Mauro Santayana. Será instalada no Ministério da Justiça mas, como será dividida em subcomissões, se reunirá em outros Estados da federação.

Segundo Fernando Lyra, a comissão vai elaborar um esboço de Constituição englobando "todas as grandes questões nacionais", a ser apresentado até o dia 15 de novembro para o exame da sociedade.

Os demais integrantes da comissão também serão indicados pelo Presidente da República. Além de Juristas, participarão pessoas vinculadas a entidades representativas da sociedade civil. A participação parlamentar, conforme Lyra, se dará imediatamente, através do trabalho de remoção dos "entulhos da legislação".

Tal trabalho também será executado a partir de uma comissão — um grupo interpartidário para a reforma eleitoral e partidária, formado por Deputados e Senadores.

A comissão receberá hoje pareceres e estudos sobre sete temas que farão parte de suas apreciações: autonomia para todos os municípios, representação política do Distrito Federal, proporcionalidade com a população ou o eleitorado, na eleição do Congresso, direito de voto ao anal-

fabeto e possível redução da idade mínima para votar, voto distrital, inelegibilidade e domicílio eleitoral e organização e funcionamento dos partidos políticos.

Com bases nestes estudos, o relator da comissão, Deputado João Gilberto (PMDB-RS) vai apresentar uma proposta de emenda à Constituição, para tramitação urgente, ou um substitutivo a uma emenda que já esteja tramitando no Congresso, se isso resultar em maior rapidez na aprovação.

Eleições em novembro

BRASILIA — Serão em novembro as eleições para os Prefeitos dos Municípios considerados áreas de segurança nacional, conforme anunciou ontem o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, ao Governador do Acre, Nabor Junior.